

Relator mantém Estado no fundo de desenvolvimento

Jucá explicou que o Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo serão atendidos

RADANEZI AMORIM

O Espírito Santo não foi excluído do Fundo de Desenvolvimento Regional, conforme o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da reforma tributária no Senado. O documento foi lido ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. O senador informou que o parecer mantém 80% do que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Em relação ao fundo, Jucá explicou que cuidou de "corrigir a fisionomia ambígua e difusa do texto original da proposta". Ele acrescentou que ficou delimitado "expressamente como beneficiárias as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Estado do Espírito Santo, para investimentos em infra-estrutura". Desse modo, Jucá afirmou estar prevenindo "eventual desvirtuamento".

Entretanto, na última quinta-feira, Jucá havia sinalizado que excluiria dos beneficiários do fundo o Espírito Santo, além do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A exclusão do Estado do fundo foi motivo de preocupação para o governador Paulo Hartung (PSB) e para a

bancada federal capixaba. Ontem, Hartung disse ter conversado com o ministro da Casa Civil, José Dirceu, sobre o assunto.

Garantia

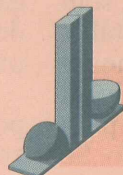
O governador também conversou com o próprio Jucá durante a reunião da CCJ ontem, para obter do relator a garantia de que o Estado não seria prejudicado. Hoje, em viagem a Brasília, Hartung pretende se reunir com Dirceu e Jucá, para assegurar a posição do relator.

Os senadores capixabas também estavam se movimentando para impedir que o Estado fosse prejudicado no relatório da Reforma. Na véspera da apresentação do relatório, João Batista Motta (PMDB) contou ter ouvido de Jucá que nada mudaria em relação ao Espírito Santo.

Motta lembrou ontem que todo o Estado será beneficiado com as verbas do novo fundo. Ele acrescentou que o Estado receberá recursos ainda do fundo de desenvolvimento da Sudene, o que abrange 28 municípios do Norte, além do fundo de compensação da Lei Kandir.

Por sua vez, o deputado Renato Casagrande (PSB) avaliou que, em princípio, não houve mudanças substanciais em relação ao Estado no relatório que foi aprovado na Câmara. "O que conseguimos na Câmara, se manteve no Senado, como o fundo de desenvolvimento, os incentivos fiscais e financeiros, por exemplo", assinalou.

AJ13584



As mudanças no Senado

O relatório da reforma tributária voltará a ser apreciado na próxima semana pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas devem ser mantidos 80% do texto aprovado na Câmara, segundo o relator Romero Jucá (PMDB-RR). São as seguintes mudanças propostas pelo Senado:

- 1 Criação por Lei Complementar de um mecanismo de aferição e controle da reforma tributária, com o objetivo de redução futura da carga tributária e divisão desse benefício com a sociedade
- 2 Estabelecimento, por Lei, de percentual mínimo para investimento da União no Nordeste, Norte, Centro-Oeste e área da Sudene
- 3 Definição, por resolução, para que o Senado aprove o enquadramento das alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), proposto pelo Conselho de Administração Fazendária (Confaz)
- 4 O Confaz teria autonomia apenas para reduzir as alíquotas de ICMS. No caso de elevação, a proposta teria que passar pelo Senado
- 5 Revisão em três anos do sistema de partilha interestadual do ICMS, com definição de percentuais de cobrança na origem ou no destino
- 6 Revisão em 2007 do Sistema Tributário Nacional, tratando da exclusão da bitributação e da discussão do Imposto de Valor Agregado
- 7 Inclusão nos itens de menor alíquota, além dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos medicamentos, dos insumos agropecuários e energia de baixo consumo
- 8 Nova discussão sobre a incidência do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões
- 9 Proposta de novo debate do Imposto sobre Grandes Fortunas. O relator propõe progressividade e exclui os imóveis residenciais da incidência deste imposto. Segundo ele, o objetivo é taxar as grandes fortunas e não penalizar a classe média. A alíquota ainda não está definida.

- O relatório amplia ainda o prazo de incentivos culturais, de 3 para 11 anos

- Implanta o regime simplificado para pagamentos de impostos para microprodutores rurais, inclusive pessoa física

- Inclui a possibilidade de isenção nas operações com energia elétrica de baixo consumo e com insumos agropecuários

- A distribuição do ICMS dos municípios será definida 75% por lei complementar federal e 25% por lei estadual

- O programa de Renda Mínima será regulamentado por lei ordinária e não por lei complementar

- Proteção ao Programa do Investimento do Petróleo, quanto à definição de importação e exportação.

Hartung vai a Brasília em busca de verbas

O governador Paulo Hartung (PSB) viaja hoje para Brasília para tentar obter recursos para a Saúde estadual e para os programas e combate à seca no Norte do Estado.

Ele discutirá o assunto com o ministro da Casa Civil, José Dirceu. Hartung já tinha conversado na semana passada com Dirceu sobre o assunto. O governador tenta obter R\$ 25 milhões de créditos do orçamento de 2002 que não foram utilizados. Hartung também será homenageado com a Ordem do Mérito Aeronáutico.

Outro compromisso agendado é a participação na abertura da Conferência Nacional das Cidades, que será aberta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O vice-governador Lelo Coimbra (PSB) presidente da Conferência Estadual da Cidades, também participará do encontro. Ele lidera um grupo de 47 delegados eleitos por prefeituras, pela Assembleia Legislativa, pelo Governo, além de entidades da sociedade civil organizada.

JAPÃO

Governador pede licença para viajar

O governador Paulo Hartung enviou ontem à Assembleia Legislativa o projeto que prevê uma licença para que ele possa fazer uma viagem ao Japão. Segundo o vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), embora a autorização não seja necessária por um período inferior a 15 dias, Hartung não quer que haja dúvidas sobre sua ausência no comando do Executivo. O governador e o secretário de Planejamento, Guilherme Dias, viajarão ao Japão entre os dias 5 e 19 de novembro. Eles vão visitar uma feira comercial e fazer contato com empresários japoneses que manifestaram o interesse de explorar o refino de petróleo no Espírito Santo.

Reforma acena com R\$ 2,3 bi para Estados

Brasília - O relatório da reforma tributária apresentado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado abre uma janela para que os Estados e municípios tenham um ganho de mais R\$ 2,3 bilhões a partir do fim da cumulatividade da Cofins, a contribuição federal que financia a seguridade social.

O ganho será repassado por meio dos fundos de participação dos Estados e municípios, no momento em que forem suspensos os atuais benefícios fiscais sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - base de cálculo dos fundos - concedidos aos exportadores como compensação pela cobrança em cascata da Cofins.

"Essa é uma mudança importante, com o aval do Governo, e atende aos interesses dos governadores e prefeitos", disse o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), tentando neutralizar as críticas contra a falta de concessões do Governo. O relatório começa a ser votado na CCJ no dia 29 e a expectativa do Governo é de que a votação final no Senado ocorra até 15 de dezembro.

Segundo interlocutores do Ministério da Fazenda, há anos os Estados reclamam que o Governo concede benefícios fiscais "com chapéu alheio" - em vez de usar a própria receita da Cofins para compensar os exportadores, o Governo usou o IPI, dividindo o prejuízo com Estados e municípios, que têm direito a 57% da sua receita.

Herança taxada

Tido como uma das bandeiras de distribuição de renda do Governo na reforma tributária, o imposto progressivo sobre herança, derrubado na Câmara, foi novamente incluído por Jucá no texto que será votado no Senado.

Uma novidade é a adoção de um mecanismo para controle do aumento da carga tributária, a ser definido em lei complementar. O IPVA (Imposto sobre Veículos Automotores) será aplicado também a embarcações e aeronaves, mas a cobrança excluirá os veículos que tenham uso comercial ou para transporte de passageiros. (AF)



Leão

Paulinho comandou uma manifestação contra a atual tabela do IR ontem

Protesto em favor da correção do IR

Brasília - O Governo petista terá de duelar com as centrais sindicais que o elegeram para manter intacta a tabela do Imposto de Renda. Depois de passar o dia de ontem comandando um protesto nos gramados do Congresso contra a tabela atual e articulando apoio político para corrigi-la, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse que apenas deu a partida à pressão que vem por aí, com mobilização de rua em todo o país, a partir de segunda-feira.

Ele aposta que a causa tem apelo popular porque, hoje, os brasileiros já trabalham 133 dias somente para pagar imposto. "Teremos uma verdadeira guerra entre os trabalhadores e o Governo, porque o presidente Lula está usando o mesmo argumento do Fernando Henrique (Cardoso) para não mexer na tabela do IR", previu o presidente da Força Sindical.

"E tem que ser uma grande guerra mesmo, porque todo Governo gosta de meter a mão no bolso da gente, seja ele de direita ou de esquerda como o PT", completou.

Supremo

Os sindicalistas trabalham em duas frentes: além das ma-

nifestações de rua a partir da próxima semana em São Paulo, Paulinho bateu à porta do Supremo Tribunal Federal (STF) ontem mesmo. O movimento está se armando para a batalha jurídica contra o Governo, caso seja derrotado no Congresso. "Nossa luta é aqui, no Congresso. Queremos deixar a Justiça como último recurso, mas já estamos fazendo consultas e pensando em uma liminar", disse o presidente da Força.

Antes de viajar para Salvador, para um encontro de magistrados de todo o Brasil, o presidente do STF, Maurício Corrêa, encarregou um assessor especial para atender e orientar os sindicalistas que devem voltar ao Supremo na próxima semana.

Em suas mobilizações pelo Congresso, os sindicalistas foram recebidos pelos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e pelo relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Em todas as conversas, Paulinho insistiu na correção anual da tabela que já acumula uma defasagem de 54%, de 1996 para cá, e frisou que a carga tributária tornou-se insustentável tanto para quem produz quanto para os trabalhadores. (AE)